despesas efetivas, valor esse que não será descontado da indenização devida aos herdeiros do trabalhador falecido. d) O valor mínimo do prêmio do seguro contratado deverá ser de R\$ 5,00 (cinco reais) por empregado beneficiado; e) não haverá limite de idade de ingresso do Empregado comerciário; Exceções: Empregados comerciários afastados por licença maternidade e serviço militar. Se o comerciário for afastado e fizer parte da apólice de seguro, a empresa deverá continuar a recolher o valor do seguro e deverá informar o motivo do afastamento. f) as empresas deverão apresentar o comprovante do seguro de vida no ato da rescisão trabalhista. Considera-se comprovante do seguro de vida: apólice, certificado individual de seguro e relação atualizada de segurados emitidos pela seguradora; g) para cada Empregado comerciário coberto pelo seguro previsto nesta Cláusula, deverá ser disponibilizado o respectivo Certificado Individual de Seguro de Vida em Grupo e/ou Acidentes Pessoais Coletivo, nos termos da legislação em vigor, pela empresa seguradora contratada; Parágrafo único. As empresas terão 60 (sessenta) dias, a partir da assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho, para contratação do seguro, ou caso já possuam, adaptar as coberturas para o cumprimento do disposto nesta Cláusula. CLAUSULA VIGESIMA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE: Os comerciários que prestam serviços em contato com câmaras frias, fazem jus ao recebimento do adicional de insalubridade, no percentual de 30% (trinta por cento), desde que este contato seja no mínimo de 2 (duas) horas diárias, ainda que intermitentes. CLAUSULA VIGESIMA PRIMEIRA - INDENIZAÇÃO ADICIONAL - AVISO PRÉVIO ESPECIAL: Aos comerciários com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e mais de 05 (cinco) anos de contrato de trabalho na mesma empresa, dispensados sem justa causa, o aviso prévio indenizado será de 15 (quinze) dias além do previsto em lei. Parágrafo único. Em se tratando de aviso prévio trabalhado, o Empregado comerciário cumprirá 30 (trinta) dias, recebendo indenização em pecúnia pelos 15 (quinze) dias restantes. O acréscimo previsto nesta clausula não se confunde com a previsão contida na Lei nº 12506/2011.CLAUSULA VIGESIMA SEGUNDA - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE: É facultado as empresas o pagamento em dinheiro do vale transporte até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, em recibo próprio, sem que esse valor sofra qualquer cobrança de INSS, conforme decisão julgada em definitivo em 10 de março de 2010 pelo Supremo Tribunal Federal, Recurso Extraordinário (RE) nº 478.410/SP, publicada no DOU em 15.05.2010. Parágrafo primeiro. As empresas concederão gratuitamente aos seus Empregados comerciários, vale transporte na quantidade necessária para o trabalhador ir e voltar do trabalho. Paragrafo segundo. Se a empresa optar pelo pagamento em dinheiro, caso ocorra aumento de tarifas, estas se obrigam a efetivar a competente complementação. CLAUSULA VIGESIMA TERCEIRA - IDENIZAÇÃO POR MORTE: Ao dependente legal do Empregado comerciáno que vier a falecer em

& w

Mark Comment

A Sunday

virtude de acidente do trabalho, será pago, juntamente com as verbas rescisórias, indenização equivalente a 1 (uma) vez a sua última remuneração, sem prejuízo dos seus dependentes, sucessores e ou herdeiros exercerem qualquer manifestação de direito extrajudicial ou mesmo judicialmente Parágrafo primeiro. Se o Empregado comerciário vier a falecer em virtude de morte natural, a indenização referida no "caput" desta cláusula será equivalente a 70% (setenta por cento) a sua última remuneração. Paragrafo segundo. As empresas que mantiverem seguro de vida, sem ônus para os Empregados comerciários e cujo valor do sinistro for igual ou superior ao benefício do "caput" ficam excluídas da obrigação desta Cláusula3. Contrato de Trabalho -Admissão, Demissão, Modalidades. CLAUSULA VIGESIMA QUARTA -ASSISTENCIA SINDICAL NA RESCISÃO CONTRATUAL: As rescisões de contrato de trabalho, independentemente do tempo de serviço, serão efetuadas, obrigatoriamente, perante o sindicato da categoria profissional, sob pena de ineficácia do instrumento rescisório. Parágrafo primeiro. A formalização do ato de assistência e homologação das rescisões do Contrato de Trabalho não poderá exceder: a) o 1º (primeiro) dia útil imediato ao termino do contrato, quando o aviso prévio for trabalhado; ou b) o 10º (decimo segundo) dia, subsequente à data da comunicação da demissão, no caso de ausência de aviso prévio, indenização deste ou dispensa do seu cumprimento;b.1.) Os prazos são computados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento; b.2.) Se o dia do vencimento recair em sábado, domingo ou feriado, o termo final será antecipado para o dia útil imediatamente anterior; b.3.) A inobservância dos prazos previstos nesta clausula sujeitará a empresa ao pagamento, em favor do empregado comerciário, de multa em valor equivalente a última remuneração deste, a ser paga no ato da homologação; Parágrafo segundo. Não sendo possível realizar a homologação nos prazos previstos nesta clausula, por impedimento ou recusa, sem fundamento legal do órgão assistente, ou por ausência do empregado comerciário que comprovadamente foi convidado por escrito pela empresa para o ato, será fornecido atestado ao empregador que ficará isento do pagamento da multa prevista nesta clausula. Parágrafo terceiro. A empresa fornecerá ao comerciário desligado "carta de referência", por ocasião da rescisão contratual, desde que não tenha sido o mesmo dispensado com alegação de justa causa. Parágrafo quarto. O ato de assistência na rescisão contratual será sem ônus para comerciários e empresas. Parágrafo quinto. Em caso de pedido ou dispensa sem justa causa, a empresa fornecerá ao Empregado comerciário uma carta de referência, no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho. Parágrafo sexto. Se, por conveniência da empresa, esta desejar ser atendida de forma especial, em caráter de urgência, em dia e hora de sua preferência, ficará sujeito ao pagamento de uma taxa 💯 retributiva a serem fixadas de comum acordo entre os sindicatos representativos

The Carlot of th

The state of the s

0

į

1 minh

Jes.

8 Mr Jun.

de ambas as categorias, destinada a despesas do setor de homologações a serem pagas pela empresa. Parágrafo sétimo. As empresas que se utilizarem de pagamento de verbas rescisórias através de depósito bancário em conta corrente ou conta poupança, ordem bancária de pagamento ou de crédito, transferência eletrônica e crédito em conta salário, desde que obedecidos os prazos legais previstos no parágrafo 6º do artigo 477 da CLT, deverão homologar os documentos rescisórios junto ao sindicato da categoria profissional em até 5 (cinco) dias corrídos após o prazo legal para pagamento. Parágrafo oitavo. A não observância, pela empresa, do prazo estabelecido, ou de qualquer obrigação nesta cláusula estabelecida; ou ainda o não comparecimento da empresa na data agendada para homologação acarretará uma multa equivalente a um salário do empregado comerciário, revertida em seu favor, independente das demais penalidades legais, especialmente do disposto no parágrafo 8º do art. 477 da CLT. Parágrafo nono. As empresas deverão comprovar que no prazo legal previsto para pagamento, informaram ao empregado comerciário e que este teve acesso aos valores devidos CLAUSULA VIGESIMA QUINTA -VEDAÇÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DURANTE O AVISO PRÉVIO -Durante o prazo de aviso prévio dado por qualquer das partes, salvo o caso de reversão ao cargo efetivo por exercentes de cargo de confiança, ficam vedadas alterações nas condições de trabalho, inclusive transferência de local de trabalho, sob pena de rescisão imediata do contrato, respondendo a empresa pelo pagamento do restante do aviso prévio. CLAUSULA VIGESIMA SEXTA -AVISO PRÉVIO - Nos termos do inciso XXI do artigo 7º da Constituição Federal, da Lei 12.506/2011 e do Capítulo VI do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aos empregados comerciários demitidos sem justa causa e que contem até 1 (um) ano de serviço prestado na mesma empresa, será concedido aviso prévio de 30 (trinta) dias. Parágrafo primeiro. Ao aviso prévio de 30 dias previsto nesta cláusula, o Empregado comerciário fará jus a 3 (três) dias adicionais por ano completo de serviço prestado na mesma empresa, inclusive sobre o primeiro ano completo, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias, projetando-se para todos os efeitos legais no contrato de trabalho o periodo total apurado, ou seja o número de dias alcançado pela proporcionalidade integra o tempo de serviço do emprego para todos os efeitos legais. Paragrafo segundo. Em se tratando de aviso prévio trabalhado, o Empregado comerciário cumprirá 30 (trinta) dias, recebendo o periodo adicional na forma de aviso prévio indenizado, aplicando-se, ainda, os demais preceitos previstos nos artigos 487 a 491 da Consolidação das Leis do Trabalho CLT. Paragrafo terceiro. As mesmas disposições previstas no caput e parágrafos 1º e 2º desta cláusula devem ser aplicadas nas hipóteses de término de contrato de trabalho por culpa reciproca ou rescisão indireta. Paragrafo quarto. Ocorrendo pedido de demissão, aplicam-se tão-son ente as disposições

alm

De Constitution

previstas nos artigos 487 a 491 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Paragrafo quinto. Os prazos previstos nas letras "a" e "b", do § 6º, do artigo 477 da CLT, terão por base o aviso prévio de 30 dias. CLAUSULA VIGESIMA SETIMA - DISPENSA DO CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO - Fica dispensado do cumprimento do aviso prévio o Empregado comerciário que comprovar a obtenção de novo emprego. CLAUSULA VIGESIMA OITAVA -CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - Fica vedada a celebração de contrato de experiência quando o Empregado comerciário for readmitido para o exercício da mesma função na empresa. CLAUSULA VIGESIMA NONA - DESVIO DE FUNÇÃO - Não será permitida a utilização de Empregado comerciário para o exercício de atividades distintas para as quais tenha sido contratado. CLAUSULA TRIGESIMA - ANOTAÇÃO DO VALOR DA COMISSÃO NA CTPS: O contrato de trabalho do comerciário comissionista deverá especificar a taxa, ou as taxas de comissões ajustadas, bem como a base de incidência, além do correspondente repouso semanal remunerado, a que faz jus o Empregado comerciário, conforme artigo 1º, da Lei N.º 605/49 e Enunciado N.º 27/TST. Não serão permitidas anotações como "comissões, "comissões sobre vendas" e quaisquer outras denominações genéricas". Parágrafo primeiro. A não consignação na CTPS e/ou no contrato de trabalho da forma de remuneração efetivamente contratada ficará a empresa infratora sujeito a multa correspondente a última remuneração do empregado ou na falta deste dado, ao valor correspondente de 1 (um) salário de ingresso na função, revertida em favor do empregado comerciário, independentemente de outras cominações previstas em lei. Paragrafo segundo. Excepcionalmente, nos casos de promoções especiais, empregados comerciários e empresas poderão pactuar percentual de comissões diferentes daqueles pré-ajustados assistidos, obrigatoriamente, pelo sindicato da categoria profissional, sob pena de nulidade. Paragrafo terceiro. Em consonância com o Art. 2º da Lei nº 12.790, de 14 de março de 2013 a empresa deverá anotar na Carteira de Trabalho e Previdência Social o cargo como "Comerciário" e, a função efetivamente exercida pelo Empregado comerciário será consignada nas folhas para "Anotações Gerais" sendo vedada anotação de denominações genéricas, tais como: "auxiliar geral", "serviços gerais", ou ainda, "atribuições correlatas". Parágrafo quarto. A CTPS recebida para anotações deverá ser devolvida ao empregado em 48 (quarenta e oito) horas e, a entrega de documentos ao empregador, será feita mediante recibo. Parágrafo quinto. Ocorrendo retenção da CTPS por parte da empresa, além do prazo do parágrafo acima, esta incorrerá: a) Na hipótese da retenção da CTPS exceder o prazo estipulado em lei, deverá ser fornecida cópia do contrato de trabalho ao Empregado comerciário. b) Na hipótese da retenção da CTPS do Empregado comerciário pelo prazo excedente a 02 (dois) dias úteis, a empresa 4 incorrerá na indenização correspondente a 1 (um) dia de salário, por dia de

Cijner)

All the

Colom m

atraso na devolução do documento. Parágrafo sexto. Fica expressamente proibido: a) O ajuste de diferentes taxas de comissões para diferentes meses do ano; b) Alterar os valores fixados para as comissões no mês de dezembro. CLAUSULA TRIGESIMA PRIMEIRA - DISCRIMINATIVO DE PAGAMENTO: As empresas fornecerão, obrigatoriamente, demonstrativos de pagamentos com a discriminação das horas trabalhadas e de todos os títulos que acompanham a remuneração, inclusive as horas extraordinárias, importâncias pagas e descontos efetuados, contendo a identificação da empresa e do Empregado comerciário e, o valor do recolhimento do FGTS, conforme estabelece o Decreto 99.684/90 em seus artigos 27 e 33. Parágrafo único. As empresas se obrigam a fornecer também, a cópia do contrato de trabalho, termo de opção do FGTS e contrato de experiência, a todos os seus Empregados comerciários. CLAUSULA TRIGESIMA SEGUNDA - CONTRATO DE TRABALHO/SUSPENSÃO: O contrato de experiência ficará suspenso, durante o afastamento por ocorrência de doença comum, mediante atestado médico, por auxílio-doença previdenciário ou acidentário, completando-se o tempo nele previsto após a cessação do CLAUSULA TRIGESIMA TERCEIRA - CARTA afastamento. DISPENSA: A comunicação de dispensa do Empregado comerciário, mesmo sem justa causa, deverá ser procedida por escrito e contra recibo, sob pena de presunção de dispensa imotivada, inclusive com data, horário e local para a homologação ou recebimento dos valores devidos pela rescisão contratual ao empregado comerciário desligado do emprego. Parágrafo primeiro. Quando o aviso prévio for indenizado, a data da saída a ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS deve ser: a) Na página relativa ao Contrato de Trabalho, a do último dia da data projetada para o aviso prévio indenizado; b) Na página relativa às Anotações Gerais, a data do último dia efetivamente trabalhado. Parágrafo segundo. No TRCT, a data de afastamento a ser consignada será a do último dia efetivamente trabalhado. CLAUSULA TRIGESIMA QUARTA - DESPESAS PARA RESCISÃO CONTRATUAL: A empresa fica obrigada a pagar despesas de transporte e refeição dos Empregados comerciários, bem como diária para pernoite, se necessário, quando, em razão de rescisão de contrato de trabalho, excepcionalmente, estes forem obrigados a se deslocar para localidade diversa daquela onde prestam serviços.4. Relações de Trabalho - Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades CLAUSULA TRIGESIMA QUINTA - ESTABILIDADE DO EMPREGO AO COMERCIÁRIO EM IDADE DE PRESTAR O SERVIÇO MILITAR - Fica assegurada estabilidade provisória ao Empregado comerciário em idade de prestar serviço militar obrigatório, inclusive Tiro de Guerra, a partir do alistamento compulsório em que completar 18 (dezoito) anos, até 60 (sessenta) dias após seu término, ou da dispensa de incorporação, o que primeiro ocorrer. Parágrafo único. Estarão excluídos da hipótese prevista no

A A

Acoustic State of the State of

Total Constitution of the constitution of the

Xin

1 A

Phone my

es lim

caput desta cláusula os refratários, omissos, desertores e facultativos. CLAUSULA TRIGESIMA SEXTA - GARANTIA DE EMPREGO AO FUTURO COMERCIÁRIO APOSENTADO - fica assegurada garantia de emprego e salário ao comerciário que estiver a 24 (vinte e quatro) meses da obtenção da aposentadoria, até a data da aquisição do direito à mesma, desde que o mesmo tenha, no mínimo, 05 (cinco) anos de serviços prestados à empresa. Parágrafo A eventual conversão da estabilidade provisória em indenização substitutiva, não afasta o computo do período para todos os efeitos legais, tais com: salários, 13º salário, férias acrescidas de 1/3 e FGTSCLAUSULA TRIGESIMA SETIMA - GARANTIA DE EMPREGO A COMERCIÁRIA GESTANTE - Fica assegurado o emprego e salário à comerciaria gestante, desde a confirmação da gravidez até 180 (cento e oitenta) dias após o término da licença maternidade. Este benefício será estendido à mãe comerciaria adotante. Parágrafo único. A garantia prevista nesta cláusula poderá ser substituída pelo pagamento correspondente aos salários ainda implementados do período da garantia, com as devidas integrações salariais. CLAUSULA TRIGESIMA OITAVA - GARANTIA DE EMPREGO - RETORNO DO AUXÍLIO DOENÇA - Ao comerciário que retorna ao trabalho em razão de afastamento por doença, fica assegurada a manutenção de seu contrato de trabalho pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir da alta previdenciária, se o afastamento for até 2 meses, e de 120(cento e vinte) dias, se o auxílio-doença teve tempo igual ou superior a 60 (sessenta) dias, facultada à empresa a conversão da garantia em pagamento, com reflexo do período sobre férias integrais e/ou proporcionais acrescidas do terço constitucional, 13º salário integral e/ou proporcional, aviso prévio, FGTS e respectiva multa. Parágrafo primeiro. A estabilidade prevista nesta cláusula será sempre de 60 (sessenta) dias independentemente do tempo já trabalhado pelo empregado comerciário após a alta previdenciária. Parágrafo segundo. Os 15 (quinze) primeiros dias de afastamento por motivo de auxílio doença e auxílio acidentário, pagos pela empresa, respeitando decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal e Justiça (STJ -REsp 936308-RS), não sofrerão incidência de contribuição previdenciária.5. Jornada de Trabalho - Duração, Distribuição, Controle, Faltas CLAUSULA TRIGESIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO SEMANAL - Atendido ao disposto no artigo 3º da Lei nº 12.790/13, a jornada normal dos Empregados comerciários não excederá a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, respeitado o limite mínimo de 6 (seis) horas diárias de 36 (trinta e seis) horas semanais. Parágrafo único. Jornadas diversas das previstas no caput, com exceção da jornada noturna, somente serão admitidas mediante celebração de Acordo Coletivo de Trabalho, o qual deverá ser firmado pela empresa interessada, nos termos previstos na clausula "Acordos Coletivos". CLAUSULA 🧦 QUADRAGESIMA - ABONO DE FALTA AOS PAIS COMERCIÁRIOS - Os pais

Miles of the Same

The state of the s

AND THE STATE OF T

X A

X ABONO DE

(m)

8 Muly

comerciários que deixarem de comparecer ao serviço para atender enfermidade de seus filhos menores de 18 (dezoito) anos, ou inválidos/incapazes, independente de idade, comprovado nos termos da cláusula de atestados médicos, terá suas faltas abonadas até o limite máximo de 15 (quinze) dias, durante o período de vigência da presente convenção coletiva de trabalho, em caso de internação o período será estendido até a alta médica. Parágrafo único. Caso os pais comerciários trabalhem na mesma empresa, este beneficio poderá ser concedido a um ou outro, alternativamente, a critério da empresa, obedecidas as condições estabelecidas no "caput" desta cláusula. CLAUSULA QUADRAGESIMA PRIMEIRA - AUSÊNCIAS LEGAIS - Ficam ampliadas as ausências legais previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo 473 da CLT, e acrescidas outras, respeitados os critérios mais vantajosos, nos seguintes termos: a) 4 (quatro) dias úteis consecutivos, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, comprovadamente, viva sob sua dependência econômica; b) 5 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento; c) 10 (dez) dias consecutivos ao pai em virtude de licença paternidade, respeitado o previsto em Lei; d) 2 (dois) dias para doação de sangue, devidamente comprovada; e) 1 (um) dia para internação hospitalar, por motivo de doença de cônjuge, pai ou mãe. f) 5(cinco) dias para prestar provas escolares ou prestar vestibular. g) 2 (dois) dias consecutivos em virtude do falecimento de sogro ou s0gra, genro ou nora. CLAUSULA QUADRAGESIMA SEGUNDA - TRABALHO AOS DOMINGOS E FERIADOS: A autorização para cumprimento de jornada de trabalho, facultativo aos Empregados comerciários abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho em dias de domingos e ou feriados, observadas as devidas permissões estabelecidas em legislações municipais vigentes e também, com fundamento no artigo 6º e seu parágrafo único da Lei Federal nº 10.101/2000 e das posteriores alterações e acréscimos da Lei 11.603/2007, dependerá: a) De Acordo Coletivo de Trabalho firmado diretamente entre a empresa interessada e o sindicato da categoria profissional detentor da base territorial sindical, estabelecendo condições somente para o trabalho em domingos, conforme determina a legislação federal vigente, sempre considerando as deliberações das devidas assembleias especificas, para cumprimento de jornada em dias de domingo. b) De Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o sindicato da categoria profissional e o sindicato representante da categoria patronal detentor da base territorial sindical Sincodiv, sempre considerando as deliberações das devidas assembleias especificas, para cumprimento de jornada em dias de feriado.6. Férias e Licenças. CLAUSULA QUADRAGESIMA TERCEIRA - COINCIDÊNCIA DE FÉRIAS COM CASAMENTO - Fica facultado ao Empregado comerciário gozar férias no 7,7/ periodo coincidente com a data de seu casamento, condicionada a faculdade à não coincidência com o mês de pico, de vendas 🌂 empresa, por eta

S. HARRY STANDER STANDERS

AN CONTRACTOR OF THE PARTY OF T

or ela

estabelecido, e comunicação à empresa com 60 (sessenta) dias de antecedência. Parágrafo primeiro. As férias individuais ou coletivas, não poderão ser iniciadas em sábados, domingos, feriados ou dias já compensados. Parágrafo segundo. Nas rescisões de contrato dos comerciários com mais de 30 (trinta) dias completos na mesma empresa, será assegurado o pagamento proporcional das férias correspondentes. Paragrafo terceiro. Ao comerciário que retornar de férias, fica assegurada a manutenção de seu contrato de trabalho pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir do primeiro dia do trabalho, facultada à empresa a conversão da garantia em pagamento, com reflexo do período sobre férias integrais e/ou proporcionais acrescidas do terço constitucional, 13º salário integral e/ou proporcional, aviso prévio, FGTS e respectiva multa.7. Saúde e Segurança do Trabalhador. CLAUSULA QUADROGESIMA QUARTA -FORNECIMENTO DE UNIFORMES - Quando o uso de uniformes (calças, camisas, camisetas, blusas, sapatos, inclusive maquiagem etc.), equipamentos de segurança, macacões especiais, for exigido pelas empresas, ficam estas obrigadas a fornecê-los gratuitamente aos Empregados comerciários, no mínimo 4 (quatro) unidades de 6 (seis) em 6 (seis) meses, respondendo o empregado pelas reposições em caso de extravio ou mau uso, devidamente comprovado. Parágrafo único. Considera-se uniforme adotado pela empresa, tanto as peças exigidas por esta, quanto aquelas, que apenas sugeridas, obedeçam a qualquer padronização. CLAUSULA QUADRAGESIMA DECLARAÇÃO E ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS - Serão reconhecidos os atestados e/ou declarações, médicos ou odontológicos, firmados por profissionais habilitados junto ao sindicato da categoria profissional ou por médicos e/ou odontólogos, dos órgãos da saúde estadual, municipal, rede privada ou profissionais particulares, desde que estes mantenham convênio com o órgão oficial competente da Previdência Social ou da Saúde. Parágrafo único. Os atestados médicos e/ou declarações deverão obedecer aos requisitos previstos na Portaria MPAS 3.291/84, devendo constar, inclusive, o diagnóstico codificado, conforme o Código Internacional de Doenças (CID), nesse caso, com a concordância do empregado comerciário, bem como deverão ser apresentados à empresa em até 10 (dez) dias de sua emissão. 8. - Relações Sindicais. CLAUSULA QUADRAGESIMA SEXTA - SINDICALIZAÇÃO -DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO - A empresa colocará à disposição do Sindicato da categoria profissional, locais e meios, para sindicalização dos seus Empregados comerciários, desde que comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. Parágrafo único. A empresa descontará em folha de pagamento, as contribuições sindicais legais, que forem solicitadas pelo Sindicato da categoria profissional, comprometendo-se a recolher aos cofres da Entidade, através de depósito bancário, os valores descontados, até 🎉 15 (quinze) dias após o desconto. CLAUSULA QUADRAGESIMA SETIMA

The state of the s

X. Of

X X

Columber ,

so.



CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS COMERCIÁRIOS: -

As empresas se obrigam a descontar em folha de pagamento e recolher de seus empregados, beneficiários da presente Convenção Coletiva de Trabalho, integrantes da categoria profissional, a título de contribuição assistencial, o percentual de até 2% (dois por cento) da sua remuneração mensal, com teto de R\$ 70,00 (setenta reais), por comerciário, aprovado nas assembleias dos sindicatos da categoria profissional que autorizaram a celebração da presente convenção coletiva de trabalho. Parágrafo Primeiro - A contribuição referida no "caput" será recebida pelo Sindicato da categoria profissional através de guia ou boleto bancário onde, obrigatoriamente, deverá informar o percentual adotado. Parágrafo Segundo - A contribuição de que trata esta cláusula será descontada mensalmente, exceto nos meses que ocorrerem o desconto da contribuição sindical, devendo ser recolhida, impreterivelmente, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desconto, exclusivamente em agência bancária constante da guia respectiva, em modelo padrão estabelecido pela Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, ou na rede bancária, quando recolhida através de ficha de compensação (boleto) no modelo padrão estabelecido pelo banco conveniado pela Fecomerciarios. O sindicato da categoria profissional se encarregará de encaminhar as guias ou boletos às empresas. Parágrafo Terceiro - A contribuição assistencial não poderá ser recolhida diretamente nos caixas dos sindicatos da categoria profissional, sob pena de arcar a empresa com pagamento dobrado do valor devido à Fecomerciarios. Parágrafo Quarto - A contribuição assistencial instituida nesta clausula, deverá ser recolhida em guia ou boleto bancário. O compartilhamento do total da contribuição será efetuado na proporção de 80% (oitenta por cento) ao sindicato da categoria profissional e 20% (vinte por cento) à Fecomerciarios. Parágrafo Quinto - As empresas, quando notificados, deverão apresentar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, as guias de recolhimento da contribuição assistencial, devidamente autenticadas, pela agência bancária, juntamente com livro ou fichas de registro de empregados. Parágrafo Sexto - O valor da contribuição assistencial reverterá em prol dos serviços sociais da entidade sindical profissional beneficiária e do custeio financeiro do Plano de Expansão Assistencial da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo. Parágrafo Sétimo - Do comerciário admitido após o mês de setembro de 2.016 será descontado o mesmo percentual estabelecido nesta cláusula, no mês de sua admissão, com exceção de quem já tenha recolhido a mesma contribuição em outra empresa, para outro sindicato da mesma categoria profissional. Parágrafo Oitavo - O atraso no recolhimento da contribuição assistencial sujeitarà a empresa ao pagamento do valor principal acrescido de correção monetária com base na variação da TR, juros de 1% (um por cento) ao mês, além de multa equivalente a 2% (dois por cento) nos 30 (trinta) primeiros

Med States

Ellow

X-0

x f

Les is

dias. No período do 31º (trigésimo primeiro) ao 40º (quadragésimo) dia de atraso, a multa será de 10% (dez por cento) e, após esse período, a multa será equivalente a 20% (vinte por cento) por mês de atraso, até o limite de 100% (cem por cento). Parágrafo Nono - A multa estabelecida no parágrafo anterior será aplicada sobre o valor original acrescido de correção e juros. Parágrafo Décimo - O desconto previsto nesta clausula fica condicionado a não oposição do comerciário, beneficiário da presente Convenção Coletiva de Trabalho, integrante da categoria profissional. A oposição se for de vontade do comerciário, será manifestada por escrito, de próprio punho, com a apresentação de documento com fotografia. O direito a oposição ao desconto da contribuição assistencial poderá ser exercido até 15 (quinze) dias antes do pagamento mensal dos salários na sede ou sub sede dos Sindicatos da categoria profissional, sendo exercida apenas uma vez durante a vigência da norma coletiva de trabalho e, a oposição apresentada pelo comerciário não terá efeito retroativo para todos os efeitos. A manifestação pessoal do comerciário tem a finalidade de informa-lo de todos os beneficios oferecidos pelo Sindicato da categoria profissional, bem como, para que tome conhecimento do programa de aplicação dos valores arrecadados. O comerciário que efetuar oposição ao desconto da contribuição assistencial, na forma prevista nesta clausula e seus parágrafos, deverá entregar à empresa, até 5 (cinco) dia útil após a sua oposição, cópia do protocolo fornecido pelo Sindicato da categoria profissional, para que a empresa não efetue os descontos convencionados. CLAUSULA QUADRAGESIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL -TEXTO PATRONALCLAUSULA QUADRAGESIMA NONA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA - As empresas proporcionarão assistência jurídica integral ao Empregado comerciário que for indiciado em inquérito criminal ou responder a ação penal por ato praticado no desempenho normal das suas funções e na defesa do patrimônio da empresa. CLAUSULA QUINQUAGESIMA - ACORDOS COLETIVOS - Os sindicatos convenentes, objetivando o aprimoramento das relações trabalhistas e a solução de problemas envolvendo seus representados, obrigam-se à negociação e à celebração conjunta, sob pena de ineficácia e invalidade, de termos de compromisso, ajustes de conduta ou acordos coletivos envolvendo quaisquer empresas, associadas ou não, que integrem a respectiva CLAUSULA QUINQUAGESIMA econômica. categoria PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA, OU REVOGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL - Nos casos de prorrogação, revisão, denúncia, ou revogação total ou parcial desta convenção serão observadas as disposições constantes do art. 615 da Consolidação das Leis do Trabalho. CLAUSULA QUINQUAGESIMA SEGUNDA - RENEGOCIAÇÃO DE CLÁUSULAS DESTA CONVENÇÃO - Fica assegurada que durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho (01/09/2016 a 31/08/2017), poderão ser negociadas e fixadas outras cláusulas,